

## Sobre a definição

Maria Elisa Marchini SAYEG \*

**RESUMO:** *O problema da definição lexicográfica é abordado e é comentada a influência que sobre o assunto exerceu uma concepção de análise do significado desenvolvida pelos filósofos de Port-Royal. O tema é discutido a partir das idéias de Wittgenstein, inicialmente no Tractatus Logico-Philosophicus, onde se sustenta uma forma de análise do significado, de modo que uma definição precisa e exaustiva é possível. Sua posição muda nas Investigações Filosóficas e o significado não é necessariamente preciso, mas é determinado pela "forma de vida". As considerações feitas são usadas para examinar os experimentos de Luria sob nova luz. Discutem-se também as descobertas de E. Rosch sobre conceitos e o pensamento complexo de Vygotsky.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Definição. Análise do significado. Teoria do significado enquanto uso. Conceitos. Semântica filosófica.*

### Sobre a definição

O que encontramos nos dicionários? Definições de palavras. Algo aparentemente tão simples que nem pensamos em questionar. Mas o que é exatamente uma definição? A verdade é que na história dos dicionários essa questão não foi sempre respondida da mesma forma. E, além disso, um dicionário também define conceitos? Há a relação muito complicada entre palavras e conceitos. Não trataremos disso aqui explicitamente. Mas, veremos como uma e outra coisa se combinam. (Quando Sócrates pergunta: "O que é virtude?", certamente não quer que lhe respondamos a que palavra conhecida ou combinação de palavras esse vocábulo corresponde – assumimos que ele conheça seu significado lingüístico. Mesmo essa questão é complicada, como mostrou Robinson [1990, p.50-60], ao fazer ver que muito da dificuldade em responder à pergunta de Sócrates se deve à ambigüidade da questão).

---

(\*) Aluna do Programa de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Sabe-se que Wittgenstein escreveu um *Wörterbuch* para seus alunos no período em que foi professor primário (1926). Uma coisa que me chamou a atenção é que esse *Wörterbuch*, embora mencionado como "dicionário" pelos comentadores, não visava a definições de palavras. A justificação é que ele serviria apenas de guia ortográfico para as crianças se corrigirem sozinhas, sem precisar consultar os colegas ou o professor. Nyiri aponta para a sensibilidade de Wittgenstein quanto à oralidade, que será marcante nas *Investigações Filosóficas*, mas que já se encontra evidenciada nesse livrinho, pois a ortografia não raro refletia a pronúncia dialetal dos vocábulos<sup>1</sup>. Farei também minha especulação sobre o porquê de Wittgenstein não ter se predisposto a fazer um dicionário centrado em definições. Embora se trate de uma especulação, creio que é bastante coerente com a posição que viria a assumir com mais consistência nas *Investigações Filosóficas*. Talvez parte da posição que viria a assumir depois já existisse em forma embrionária e intuitiva então. Isto é, que ele não sentisse necessidade de definir as palavras, pode ser explicado à luz de sua filosofia posterior<sup>2</sup>.

(1) Em Nyiri, J.C. (1989), p. 380. Diz o autor que Wittgenstein, no *Wörterbuch*, "deliberadamente refletia o uso lingüístico dos alunos, sem evitar expressões dialetais, e incluindo palavras comuns usadas tipicamente na fala, como "geh!" ou "hierher". Diz também que W. incluía pronúncia dialetal; dá exemplos: *ihm*, que no dialeto fica *eam*, como em "*I hob eam g'sogf*"; *ihn*, no dialeto "n" ou "m", como em "*I hob m g'sehn*". O próprio W., no prefácio do *Wörterbuch*, admite que incluiu expressões dialetais já admitidas na linguagem culta, tais como "*Heferl* (para *Häferl*)", "*Packel*", "*Lacke*". Admitia, no entanto, que nem sempre era fácil decidir se uma palavra deveria ou não ser incluída. Wittgenstein também diz que os dicionários já existentes, de tamanho adequado para os alunos, pecavam por não conter "a maioria das palavras comuns e importantes de uso diário" (*Wörterbuch*, Wien, HPT, 1977, p. XXXIII).

(2) Segundo A. Hübner (em prefácio ao *Wörterbuch*, ed. cit.), a filosofia posterior de Wittgenstein tem levado muitos lingüistas a procurar no *Wörterbuch* sinais prematuros das mudanças que iriam ocorrer no seu pensamento. Hübner cita H. Wellman, para quem "há certas indicações que fazem crer que experiências feitas por Wittgenstein nesse período intermediário fluíram para a 'síntese' em sua filosofia posterior". Entre os sinais evidenciadores, Wellmann aponta "a definição instrumental e situacional da palavra individual", que aparece por vezes e a "definição pragmática da palavra" (*Wörterbuch*, ed. cit. p. XXIII e XXIV). A verdade é que a busca de definições não era uma preocupação precípua de Wittgenstein, apesar de haver no *Wörterbuch* alguns comentários semânticos e esparsas "definições" de palavras, que se mostraram necessárias em situação, pelas necessidades práticas de aprendizagem demonstradas pelos alunos. Sensível às necessidades contextuais daquela "forma de vida", Wittgenstein não se preocupava em estabelecer definições ideais e independentes de contexto. Alguns exemplos desse tipo de tratamento da definição (*Wörterbuch*, ed. cit.) são:

- (p. 1)            *am* = *an dem*  
                   *an*, *an dem* = *am*; *an das* = *ans*  
                   *abgespannt* = *matt*
- (p. 2)            *die Annonce* = *Anzeige*  
                   *der August* (*Monat*)
- (p. 20)          *leiten* = *führen*
- (p. 21)          *die Maffe* = *Menge*  
                   *die Maufer* = *Federmchsel der Bögel*

Vejamos então primeiramente um problema interessante que é o da definição de palavras no dicionário, a partir de uma perspectiva histórica. Apresentarei uma questão que embora não seja exaustiva, parece-me que é de qualquer modo elucidativa. Permitam-me a digressão.

## A análise do sentido

Em um artigo intitulado *Dictionaries and Proper Names*, Diego Marconi [1990, p.83] investiga a razão da exclusão de nomes próprios dos dicionários, uma prática consistente a partir do século XVIII. Até o início desse século havia forte pressão de mercado para a inclusão, embora desde 1531 com Estienne os lexicógrafos a isso se opusessem, ainda que não tivessem uma explicação elaborada para a atitude. É só a partir de 1660 que a distinção entre nomes próprios e comuns encontra uma justificação mais bem articulada, devido à influência da *Lógica* e da *Gramática* de Port-Royal na elaboração pela primeira vez de um método lexicográfico, no qual a teoria das idéias terá um papel importante. Diz a *Lógica* que "as idéias que representam apenas uma coisa são chamadas de 'singulares' ou 'individuais', aquelas que representam muitas são 'universais', 'comuns' ou 'gerais' [Marconi, 1990, p.84]. Os nomes próprios seriam os marcadores das primeiras e os nomes comuns ou apelativos os marcadores das segundas.

Até então os lexicógrafos se debatiam para decidir o que seria uma "definição lexicográfica". Depois de 1660 não se encontra mais a "charmosa confusão de palavras e coisas, definições e declarações (explicações) e descrições" [Marconi, 1990, p.85]. O método agora, seguindo a teoria ideacional, estabelecia que o significado de todas as palavras correspondia a idéias, simples ou compostas. Dessa forma, a enunciação dos significados seria a *análise* ou a *substituição*. Pela análise se enumeram as várias idéias que se agrupam sob um termo e se elucidam suas relações. Quando um termo marca apenas uma idéia simples, basta ao dicionarista dar um sinônimo para elucidá-lo. A definição é, portanto, sempre o resultado de uma análise a que todas as palavras devem se submeter (e "todas" porque só se sabe quais idéias são simples depois de feita a análise).

Há, nessa concepção de análise, uma analogia química, segundo aponta Marconi, e que era consciente para alguns lexicógrafos, como Chambers, por exemplo, para quem os termos, como os remédios, diferiam uns dos outros segundo suas idéias-ingredientes. A análise da palavra era percebida como a decomposição de algo quase material, o conglomerado de idéias.

Os nomes próprios, segundo a teoria, seriam marcadores de idéias simples. Mas, se indicavam idéias simples, seria possível encontrar um sinônimo. A dificuldade prática de encontrá-lo, no entanto, inviabilizava a concepção do nome próprio

como indicador de idéia simples. Por exemplo, se se considerassem os apelidos como sinônimos de nome próprio, nem sempre haveria sinônimo, e, mesmo na maior parte das vezes, ele faltaria (dependeria de o acaso social ter fornecido apelido correspondente ao nome próprio). A saída talvez fosse considerá-lo indicador de idéia complexa. Na prática, porém, sua análise completa era difícil ou impraticável (para Leibniz, só Deus poderia fornecer a análise completa de uma idéia simples, que, para ele, era uma idéia infinitamente complexa). Sendo as alternativas não satisfatórias, o problema teria exercido pressão para a exclusão dos nomes próprios dos dicionários (e concorrido para a criação de enciclopédias).

Dessa história toda tiramos o seguinte fato importante: as definições em dicionários, a partir de então, foram influenciadas pela idéia de *análise* em termos da teoria das idéias. A teoria das idéias, de um modo geral, baseia-se na noção de divisão entre um mundo externo e um mundo interno. Assim como o mundo externo é analisado e descrito pelas leis da física, o mundo interno é composto por idéias simples e complexas e pode ser analisado pelas leis psicológicas. Há duas suposições básicas: a existência de um mundo privado e a de um conteúdo substantivo desse mundo privado.

Vejamos agora a posição de Wittgenstein a respeito do significado dos nomes próprios. Nas *Investigações* (par. 79) Wittgenstein analisa as diferentes descrições que podem ser dadas para o nome "Moisés", e analisa a impropriedade de se acreditar que o nome "Moisés" "tem um determinado uso, sólido e sem equívoco em todos os casos possíveis". Na verdade, a definição de um nome próprio, N, seria "todas (as descrições), ou uma parte, ou diferentes coisas em diferentes ocasiões". Ou seja, não há uma significação rígida; não há uma análise exhaustiva que dê a significação de um nome válida em todos os casos possíveis; deve-se ver a significação caso a caso (e o fato de não haver uma significação rígida não prejudica seu uso).

Para entender bem essa posição de Wittgenstein deve-se ter em mente que, para ele, o significado da palavra, nome próprio ou não, não é aquilo a que ela "corresponde", isto é, a significação do nome não é o *portador* do nome. (*IF*, par. 40: "Se o Sr. N morre, diz-se que morre o portador do nome, não a significação do nome"). A significação é dada pelo uso em cada caso, dentro de um contexto de vivência e atividade humana específico (formas de vida), sendo que esse todo constitui uma "técnica" que é o jogo de linguagem, no qual palavras e signos são apenas uma parte constituinte. O significado não está nem no *objeto* a que a palavra corresponde, nem, por outro lado, residiria na *palavra* enquanto índice da idéia que ela substituiria, nem na *idéia* mesma enquanto conteúdo mental. O significado é "exterior" à palavra, já que esta é uma parte do jogo de linguagem em que o significado se origina. A teoria do significado, enquanto uso, difere da teoria das idéias primeiro em que não é essencialista, e segundo porque não há a necessidade de um mundo mental para abrigar a representação (*IF*, par. 139).

Se nos voltarmos no entanto para a primeira obra de Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, veremos que em alguns aspectos se assemelha à posição dos lexicógrafos estudados. Mas comecemos por aquele em que não se assemelha.

No *Tractatus* a teoria do significado é referencial; o significado é o objeto a que a palavra corresponde, o que será negado nas *Investigações*. Diz o *Tractatus*:

3.203 "O nome denota o objeto. O objeto é sua denotação" (*The name means the object. The object is its meaning*).

Não se pode, no entanto, dizer que a teoria das idéias vigente na época da *Lógica* e da *Gramática* de Port-Royal seja referencial do mesmo modo. Para os clássicos do século XVII, conforme diz Foucault, "o significado se aloja no interior da representação do signo" [1987, p.80]. "Não há sentido anterior ou exterior ao signo" [1987, p.81]: a idéia significada e a idéia significante se alojam no interior do elemento significante. "Uma idéia pode ser signo de outra não somente porque entre elas pode estabelecer-se um liame de representação, mas porque essa representação pode sempre se representar no interior da idéia que representa" [1987, p.80]. Uma consequência disso é que, uma vez que "entre signo e seu conteúdo não há qualquer elemento intermediário e nenhuma opacidade" [1987, p.81], a teoria dos signos é a análise do sentido. Isto é, "toda análise de signos é a decifração do que querem dizer e a elucidação do significado nada mais será que a reflexão sobre os signos que o indicam" [Foucault, 1987, p.81]. Ou seja, o sentido se obtém pela análise dos signos, dentro do universo dos signos. "O sentido não poderá ser mais que a totalidade dos signos desenvolvida no seu encadeamento; ele se dará no *quadro* completo dos signos" [1987, p.81]. Desse modo, a definição dá-se toda no sistema dos signos, por signos – e é capaz de esgotar seu significado mantendo-se no âmbito do sistema dos signos. Situação diversa será a do *Tractatus*, como veremos logo adiante.

Então, qual a semelhança do *Tractatus* com essa teoria? No *Tractatus* a concepção de proposição repousava na noção de *nome*, que seria um "signo simples", não composto de outros signos e que denotaria o objeto simples. A definição era conseqüentemente possível, enquanto análise *precisa e exhaustiva*:

### 3.25 "Existe apenas uma e uma única análise da proposição".

É importante que o nome não necessitasse de definição: "O nome não é para ser desmembrado ademais por uma definição: é um signo primitivo" (3.26). Além disso há a busca de fundamentação para que um sentido definido, preciso, fosse possível: "A demanda por objetos simples é a demanda por um sentido definido"

(*Notebooks*<sup>3</sup>) e "Postular a possibilidade de signos simples é postular a determinabilidade do sentido" (*Tractatus*, 3.23).

A análise completa da proposição era possível. Para entender uma proposição completamente analisada bastava entender seus nomes, i.e., saber que objetos eles denotam. O que a combinação desses objetos significa será imediatamente evidente (o sentido da proposição). Para entender a proposição basta, portanto, entender seus constituintes.

A relação da linguagem com a realidade seria feita inequivocamente pelo nome, mas isso não era uma relação que pudesse ser enunciada. Podia ser imediatamente vista, no entanto, e o que dava conta dessa ligação com a realidade era a "definição ostensiva" (que Janik e Toulmin preferem traduzir por "demonstração ostensiva", alegando que Wittgenstein não lhe atribuíra peso de definição, como queriam os positivistas lógicos). Já as proposições não têm uma relação definida antes da análise: "É possível descrever situações, não nomeá-las" (3.144).

A apelação a "definição ostensiva" mostra que já no *Tractatus* havia um limite para a eficiência das palavras na definição; limite esse que será mais evidenciado nas *Investigações*. Nesse limite à eficiência da análise está uma diferença com a teoria das idéias do século XVII, em que o significado se resolvia todo no âmbito do sistema de signos. Algumas semelhanças são preservadas, no entanto, na afirmação de uma análise que resultaria em signos simples relacionados a algo simples (que seriam os objetos no *Tractatus* e não idéias; isto é, é uma assunção que pode até levar ao não-mentalismo, pois não se postula claramente um "mundo interno").

Já nas *Investigações* a crença de que é possível uma análise completa, de sentido definido e de relação unívoca com a realidade, se desfaz. Não basta mais entender os constituintes para entender a proposição. O significado não é fixo, e existe caso a caso, num contexto de atividade humana e relações entre os homens.

A análise de um signo, por exemplo, não é necessariamente única, e nada há *no signo* que constranja a um significado:

"Vejo um quadro: ele representa um velho subindo um caminho íngreme, apoiando-se numa bengala. E isso como? Não poderia também ter dado a impressão de que o velho, nesta posição, escorregava pela estrada abaixo? Um marciano talvez descrevesse o quadro dessa forma. Não preciso explicar por que nós não o descrevemos assim" (IF, par. 139).

---

(3) Apud Edwards, P. (org.), p. 331, *Notebooks 1914-1916*, Oxford, G.E.M. Anscombe and G.H. von Wright eds., 1961, p. 63.

É no âmbito das relações entre os homens, na forma de vida, que a interpretação é fixada, como um hábito.

Toulmin [1973, p.228] cita outro exemplo, de notas de aula que tomou quando aluno de Wittgenstein em Cambridge; uma criança que estivesse brincando lá fora entra na casa correndo, agarra a torneira da pia e diz: "água! água!". Pergunta-se Wittgenstein: "a criança está nos contando alguma coisa, ou nos mostrando que aprendeu o uso da palavra, ou pedindo para beber?" Segundo o comentador, a resposta nesses casos depende de uma "decisão prévia" tomada há muito tempo no desenvolvimento de nossa cultura, e que se tornou "segunda natureza" para nós, de modo que não hesitamos em dizer qual seja a interpretação aplicável.

O sentido não *está* no signo nem no contexto apenas, como algo "doado" pela configuração das coisas e ações; mas, em última instância, sua existência depende de uma *decisão* que tenha sido tomada em algum momento na história da atividade humana, naquela forma de vida.

Nas *Investigações*, Wittgenstein vai negar a possibilidade de uma análise absoluta que vai resultar em "simples", em átomos (IF, par. 46, 47 e ss). Dizer se algo é composto só é possível "se já está estabelecido de que espécie de ser composto – isto é, de que uso especial dessa palavra – se trata". O que é composto e o que é simples vai depender do jogo que estiver sendo jogado. E a necessidade de analisar uma frase também depende do jogo (IF, par. 59 a 64).

Também vai negar o papel que a definição ostensiva (*Erklärung*) tinha no *Tractatus*. No par. 29, Wittgenstein mostra que a definição ostensiva não é inequívoca; quando se tenta definir ostensivamente o número "dois", mostrando duas nozes, o interlocutor não sabe "se você chama de 'dois' a este grupo de nozes". No par. 30, mostra que "a definição ostensiva elucida o uso – a significação – quando já é claro qual o papel que a palavra deve desempenhar na linguagem". Ou seja, ela só tem sentido em um determinado jogo de linguagem. Ainda no par. 30, Wittgenstein mostra que o próprio *apontar* acompanhado da palavra é inexato ("no que consiste, pois, "apontar para a forma", "apontar para a cor"?").

Vimos que nas *Investigações* era importante que a palavra estivesse em um contexto para ter sentido. No *Tractatus*, essa idéia de contexto já existia, de certa forma. O nome não podia ser decomposto pela definição; mas, ainda que a ligação entre o nome e a realidade fosse auto-explicativa e imediatamente reconhecível, o nome só poderia ter sentido na *proposição*: "Nenhum signo isolado e autônomo possui denotação" (3.261) e "Só a proposição possui sentido; só em conexão com a proposição um nome tem denotação" (3.3). Wittgenstein teria dito a Schlick: "Eu não vejo o 'vermelho', antes vejo 'que a azaléia é vermelha'" (Waissman, apud Janik & Toulmin, 1973, p. 215). Deve sempre haver um estado de coisas para ser descrito. É nas *Investigações*, no entanto, que Wittgenstein vai assumir que a ligação

entre linguagem e realidade não é imediata, e vai estudar os procedimentos práticos pelos quais os homens fazem essa ligação.

## Racionalidade e oralidade

Voltemos agora à *Gramática* de Port-Royal e consideremos sua evidente preocupação com a oralidade. Com efeito, no prefácio lê-se: "A Gramática é a arte de falar". Em uma nota, o editor chama à comparação com Dionísio Trácio que diz: "A Arte gramática (das Letras) é o trato das coisas ditas com mais freqüência nos poetas e prosadores" [Arnauld & Lancelot, 1992, p. 3]. Havia de fato entre os senhores de Port-Royal a valorização da naturalidade na fala e nas explicações, em oposição à ostentação retórica comum na época. No entanto, logo em seguida àquela citação, lê-se: "Falar é explicar os pensamentos por meio de sons". O que isso significa, se olharmos mais de perto? Ora, para Foucault, o século XVII vai testemunhar uma mudança de mentalidade que vai desprezar o antigo modo de pensamento do Renascimento, baseado na *similitude* e na confusão entre palavras e coisas, na mistura e proximidade de palavras e coisas. No século XVII, o sistema de palavras se destaca do sistema das coisas e forma-se enquanto sistema autônomo. Vimos como o sistema de signos contém em si mesmo todo o significado e como a representação estava assim *dobrada* sobre o signo. Ora, é essa uma maneira de destacar-se da concretude das coisas. Além disso, o século XVII vai se guiar por uma linha de *medida* e *ordem* em oposição à similitude. Segundo Foucault, não é tanto a matematização do mundo que interessa, mas a ordenação num sistema de signos. A medida, que ainda comporta comparação de grandezas *iguais*, analógicas, vai ser submetida e entendida também em termos de *ordem*. A ordenação manifesta-se como separação e classificação.

A linguagem, por ser sucessiva por natureza, dá a ordenação necessária ao pensamento, que é naturalmente simultâneo e global, conforme acreditavam. E isso, seja porque "todos os elementos de uma representação são dados num instante, seja porque se sucedem numa rapidez tão grande que formam uma unidade cerrada" [Foucault, 1987, p. 97-98]. Em qualquer desses casos, somente a reflexão, através das proposições, pode isolá-los. Desse modo, a linguagem está a meio caminho da simultaneidade e imediatismo naturais do pensamento e da análise e reflexão ideais. A análise da representação dispõe-se de uma maneira sucessiva e a gramática trata de como isso se dá. A gramática será geral, pois vai estudar como é a ordenação do pensamento em várias línguas, mas tendo como direção um *ideal de ordenação* de que algumas línguas se aproximam mais e outras menos, mas que só a "ordem universal, evidente e necessária da ciência e particularmente da álgebra" atinge [Foucault, 1987, p. 98-99].



Vemos então que a preocupação dos senhores de Port-Royal com a fala era na verdade uma preocupação com um ideal de ordenação do pensamento. Isso é muito diferente do modo como Wittgenstein considerava a linguagem nas *Investigações*, quando se afasta do ideal da filosofia e busca a linguagem *como ela é* entre os homens. Para Wittgenstein as palavras e as coisas estão no mesmo nível, se misturam e entrelaçam na ação humana (mas não estão no mesmo nível como estavam no Renascimento, quando, como a coisa, o signo preexistia à significação e estava apenas à espera de ser decifrado. A palavra em Wittgenstein é um constituinte constituído pelo homem).

No par. 7 das *Investigações*, Wittgenstein diz que chamará de "jogos de linguagem" "o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada". No par. 23 salienta que o falar "é uma *parte* de uma atividade e de uma forma de vida". Mas é no par. 25 que esclarece que as atividades do falar estão no mesmo nível que as outras ações, um não se reduzindo ao outro, não podendo ser considerado mais "abstrato" que o outro, ou um constituinte do outro:

"Comandar, perguntar, contar, tagarelar, pertencem à história da nossa natureza assim como andar, comer, beber, jogar".

Não há em Wittgenstein a preocupação em reduzir toda manifestação da linguagem à racionalidade, como havia entre os gramáticos de Port-Royal. Estes estavam preocupados em buscar os "fundamentos da arte de falar", em sua *Gramática* "geral e razoada". Para Wittgenstein não há como buscar os "fundamentos" da linguagem, pois esses são dados na prática pela forma de vida; as razões da linguagem são não-arbitrárias apenas em relação à forma de vida que as estabeleceu segundo necessidades. Não existe um fundamento último da linguagem nas regras; e talvez esse fundamento esteja no que Haller [1990, p.119-131] chamou de "o comportamento comum da humanidade" – só que seria um fundamento na ação e não na forma de proposição. Já para os gramáticos, a linguagem é não-arbitrária *na medida em que é racional* (e é arbitrária, na medida em que não o é).

É certo que para Wittgenstein existe *regularidade* na linguagem, mas essa é dada pelos hábitos da forma de vida que compõe com a fala um jogo de linguagem – e esses hábitos são inquestionáveis na medida em que formam justamente aquilo com que se pensa, um "background" de tradição conceitual. Embora a regularidade exista, as regras do jogo de linguagem admitem "vagueza" (IF, par. 100), justamente porque são estabelecidas de acordo com a necessidade na forma de vida. Wittgenstein não está interessado na linguagem ideal, precisa; a precisão é uma possibilidade apenas relativa, contextual. O interesse de Wittgenstein pela oralidade deve ser, portanto, interpretado nesses parâmetros.

## Conclusões e extensões: Lúria, Vygotsky, Rosch.

Recapitulando, então, no caminho que conduz do *Tractatus* às *Investigações*, vai-se configurando a posição de que o conceito não é uma substância nem se define pela "essência", não é referencial nem representacional. A definição não pode ser atingida por análise, já que o significado não existe aprisionado no nível do signo, e sim num quadro referencial mais amplo.

Por essas razões, penso que é possível entender por que Wittgenstein não incluiu definições no seu *Wörterbuch*, ainda que estivesse longe da reformulação completa da sua filosofia, que seria efetuada nas *Investigações*; mas talvez suas motivações não fossem diferentes daquilo que seria *enunciado* depois.

Dar definições em um dicionário é procurar um sentido que seja, em primeiro lugar, o máximo possível independente do contexto. Mesmo na visão referencialista do *Tractatus* a descontextualização não era aceitável quanto à possibilidade do sentido. No referencial das *Investigações* ela é menos ainda aceitável, já que não existe um sentido único, imutável e rígido para o conceito; existem os sentidos que vão aparecendo com o uso. Não existe o "algo em comum" a todos os usos de uma palavra. Por exemplo, não há nada em comum a todos os usos da palavra "jogo" ou "número", de modo que só podemos justificar nosso uso de um mesmo rótulo para várias coisas diferentes, se pensarmos que essas coisas mantêm entre si uma rede de "semelhanças familiares" (IF, par. 65, 66, 67 ss). Assim, não haveria um atributo comum a todos os membros do conceito, mas sim uma rede de atributos entrelaçados uns com os outros, sem que uma fibra percorra a rede em toda a sua longitude, segundo a metáfora de Wittgenstein. Dessa forma, não há uma "idéia geral e abstrata", associada à palavra, que fosse a essência da palavra.

Também não haveria palavras componentes que pudessem ser obtidas por meio da análise e que significassem "o mesmo" que a palavra. Os usos possíveis da palavra, além de só adquirirem significado no contexto de um jogo de linguagem, não são arroláveis exaustivamente, pois sempre se pode criar um uso num novo jogo de linguagem. Não há limites precisos para o conceito, pois o limite é colocado somente de acordo com a necessidade do uso: "o emprego da palavra não está inteiramente delimitado por regras; não há no tênis nenhuma regra que prescreva até que altura é permitido lançar a bola nem com quanta força; mas o tênis é um jogo e também tem regras" (IF, par. 68). A delimitação absoluta não é necessária.

Se fôssemos portanto forçados a dar uma definição para uma palavra, poderíamos em muitos casos dar apenas uma lista de exemplos possíveis, e deixar essa lista aberta (IF, par. 69): para explicar o que é jogo, daríamos descrições de vários jogos e diríamos: "Isto e outras coisas semelhantes chamam-se jogos" – e isto seria o melhor que poderíamos fazer, sem que se tratasse de ignorância.

Essa posição é a consequência da busca de Wittgenstein de ver a linguagem como ela é, sem depreciação. Se usarmos esse ponto de vista para reler, por exemplo, os experimentos de Luria com os camponeses analfabetos (Luria, 1990, p. 113-122), seríamos menos tentados a atribuir *déficit* aos tipos de definição dados pelos sujeitos.

Luria acredita que o modo de pensamento dos adultos escolarizados baseia-se na formulação de conceitos lógicos e que esses adultos são portanto capazes de dar definições lógicas. A concepção de conceito de Luria é essencialista, isto é, o indivíduo "isola uma qualidade essencial de cada um dos membros", qualidade esta que "pertence a uma categoria genérica" [1990, p.113-122]. Isto é, para Luria, definir é encaixar na categoria superordenada correspondente (diferentemente da definição socrática em que, segundo Robinson, não basta dizer que X é A, sendo A mais genérico que X, mas, deve-se dizer exatamente que parte de A é equivalente a X [Robinson, 1980, p.53].

O que subjaz a essa conceituação é que o conceito é definido por suas propriedades "necessárias e suficientes". Há uma concepção de análise aqui, mas uma análise que se detivesse nas idéias essenciais. Há toda uma tradição recente de pesquisa em conceitos que critica o fato de a psicologia ter sempre admitido essa concepção de conceitos como verdadeira, sem se preocupar em verificar se é o caso que adultos escolarizados pensam mesmo dessa forma.

Essa tradição crítica foi iniciada com as descobertas de Eleanor Rosch de que os conceitos em adultos não são definidos por propriedades necessárias e suficientes, caso em que todos os membros do conceito compartilhariam igualmente dessas propriedades, mas que são na verdade constituídos de membros com graus diversos de representatividade do conceito, pelo fato de compartilharem entre si algumas propriedades num esquema de rede, à guisa das "semelhanças familiares" de Wittgenstein, de quem Rosch reconhece a influência.

O trabalho de Rosch pode ser reconhecido como uma mudança de perspectiva no sentido de rejeitar a "idealização" normativa proposta pela visão clássica de conceitos e pela lógica e assumir como válido o estilo cognitivo e de linguagem do homem comum. Nisso há influência de Wittgenstein.

Com essa mudança de perspectiva, compreenderíamos, por exemplo, Menon quando responde a Sócrates, que procurava fazê-lo ver que os vários exemplos de virtude têm algo em comum, que seria a virtude em essência, com essas palavras: "De algum modo, sinto, Sócrates, que esse (exemplo) não é como os outros"<sup>4</sup>.

Platão colocou a dúvida no interlocutor menos sábio, mas, em nossa releitura wittgensteiniana, o ponto de vista do interlocutor de Sócrates é revalorizado, as-

---

(4) É Robinson quem aponta a dúvida de Menon.

sim como as definições dos camponeses de Luria não são necessariamente inadequadas.

"Definir" X citando exemplos de X, descrevendo atributos não essenciais de X, descrevendo X graficamente ou dizer que X é aquilo que é *chamado* de X – há a possibilidade de não ver como incorretos esses modos de definir.

O relato de experimento de Luria mostra como uma mudança na forma de vida pode conduzir a uma tradição conceitual diferente. Na forma de vida anterior dos camponeses analfabetos, "definir" como desejava Luria simplesmente *não fazia parte* do jogo de linguagem. O modo como eles usavam as palavras era suficiente para as necessidades do uso, e não havia por que definir. Coerentemente, muitos sujeitos se recusavam a definir: "todo mundo sabe o que é uma árvore, eles não precisam que eu explique" (Luria, 1990, p. 115).

Essa interpretação é consistente com a visão de Wittgenstein: no par. 27 das *Investigações*, Wittgenstein relaciona um tipo de definição, a definição ostensiva, a um determinado jogo de linguagem: "Nas linguagens (2) e (8) não havia uma pergunta pela denominação. Esta e sua correlata, a definição ostensiva, são, como poderíamos dizer, um jogo de linguagem peculiar". Para melhor compreensão dessa citação cumpre esclarecer que as linguagens referidas são linguagens hipotéticas definidas nos parágrafos (2) e (8) das *Investigações*. A primeira consistiria em uma linguagem de comunicação entre um construtor e seu ajudante, e incluiria termos como "cubos", "colunas", "lajotas" e "vigas". A segunda seria uma extensão da primeira, e incluiria numerais (ou letras nessa função), palavras como "ali" e "isto", acompanhadas de gesto, e modelos de cores. Como se vê, os jogos de linguagem referidos não prevêem a pergunta "Como se chama isto?" pois são uma linguagem de comandos; ainda assim eles funcionam perfeitamente. Ainda quanto ao modo de conceitualização "primitivo", como o dos camponeses analfabetos e das crianças, Vygotsky o compreende como um tipo de pensamento por "complexos", em que qualquer conexão factualmente presente pode levar à inclusão de um determinado elemento num complexo; não há *um* atributo que ligue os elementos, mas as ligações podem ser diversas, e derivadas da *experiência direta* com os objetos. "A essência do pensamento complexo é o excesso, a superprodução de conexões" [Oliveira, 1992, p.12]. Rosch critica essa visão depreciativa, e acredita que o pensamento complexo não é um defeito de crianças e analfabetos que ainda não atingiram o conceito como é idealmente definido, mas que, pelo contrário, o pensamento complexo é um tipo de pensamento presente e inevitável, "natural", em todo mundo, na forma de estruturação dos conceitos por "semelhança familiar". O pensamento lógico, taxonômico, não substitui o pensamento complexo mas se baseia nele, pois as semelhanças familiares são um dos princípios estruturantes das classes superordenadas, fundamentais para o pensamento taxonômico da classificação dos adultos escolarizados [Rosch & Mervis, 1975, p. 602-603].

Embora Rosch tenha essa influência de Wittgenstein, há limites nesse tipo de pesquisa, originados em parte pelo fato de que a maioria dos experimentos é realizada com conceitos fora do contexto e pelo fato de não haver uma afirmação clara sobre a relação da palavra com o conceito. As considerações sobre contexto levam a assunções anti-representacionais, segundo Rosch mesma aponta [Mervis & Rosch, 1981, p. 102]. Ou seja, tende-se a abandonar a noção de uma memória semântica, com representações bem definidas dos conceitos. Segundo diz, "mesmo os modelos probabilísticos preservam alguma representação imutável e, nesse sentido, determinada". Mas pesquisas psicológicas mostrariam que diferentes contextos suscitam mudanças de sentido, compreensão e memória, o que põe em dúvida a existência de representações definidas. Para certos autores, os contextos levam a "argumentos contra as representações e outras explicações não-interativas", isto é, isoladas do contexto. Não haveria portanto um núcleo fixo, um cerne de representação, pronto para ser extraído de um banco de memória semântico.

### Considerações Finais

Que sugestões podemos derivar do que foi exposto, que possam ser aplicadas à educação? Creio que várias.

É importante ter em mente, por exemplo, que as dificuldades que um aluno encontra para "dar a definição" de um conceito, de que muitos professores se queixam, não devem ser tomadas como negativa em princípio; a indefinição e o pensamento complexo fazem parte do pensamento normalmente, e mesmo o pensamento mais sofisticado, lógico, taxonômico, existe em integração com o pensamento complexo. Para muitos conceitos, a indefinibilidade persiste mesmo nos adultos escolarizados, e pode fazer parte da estrutura mesma de tais conceitos, que não seriam precisos por si mesmos; para muitos, senão todos os conceitos, os limites são estabelecidos para um jogo de linguagem específico. Também se há de levar em conta a contextualização, uma vez que se torna absurda qualquer tentativa de definição isolada, como se o conceito fosse algo abstrato, que sobrenadasse o real.

O problema, enfim, não está necessariamente no objetivo dos professores, já que não se pretende negar o valor da formalização em que os alunos são treinados, pois considera-se a necessidade da formalização para a comunicação e conseqüente eficiência técnica, quando requerida. As pesquisas e a posição filosófica explanadas no presente trabalho podem, no entanto, se consideradas no âmbito educacional, auxiliar a adoção de uma postura menos preconceituosa na consideração dos estilos cognitivos dos não-treinados, a compreender a integração desses estilos na cognição lógico-taxonômica e a estabelecer objetivos afinados com o contexto e o domínio específico do saber (da "forma de saber"). Tem como conseqüência, portanto, evitar

a idealização das definições precisas e do raciocínio lógico, na forma da assunção de que todo raciocínio sofisticado deles se vale.

É interessante pensar alternativas de definição que sejam aceitas como válidas, talvez ampliar os critérios do que possa ser aceito como definição, levando-se em consideração o contexto específico em que a definição é requerida.

Pode ser tema de pesquisa pensar como uma visão menos essencialista de conceitos pode ter lugar no sistema educacional. Uma reformulação poderia resgatar a sensibilidade ao particular e não nos deixaríamos cegar pela idealização. Poderiam ser explorados e revalorizados modos de pensamento analógico, alegórico e poético e ver aonde se pode chegar. Seria talvez uma arremetida contra a razão iluminista, já combatida por Adorno, a razão que se baseia em igualar o não-igual. Talvez possamos descobrir novos modos dionisiacos de romper com a estruturação rígida do edifício conceitual e taxonômico, um modo que vá além de simplesmente "misturar as categorias em que se aloja cada deus conceitual" [Nietzsche, 1983, § 1]. Talvez devamos explorar novas articulações entre o particular e o geral, conforme as necessidades que se forem configurando.

O fato de reconsiderarmos o modo como pensamos indica que há uma brecha em nossa tradição conceitual, provavelmente concomitante com uma mudança nas formas de vida, pois como diz Haller [1990, p. 126] "quando pensamos ou dizemos que 'tudo poderia ser de outro modo', quando descobrimos ou inventamos anomalias, então a *forma geral de representação*, com a ajuda da qual refletimos sobre as coisas e os usos das palavras, começa a parecer vacilar". Esta forma geral da representação é um contexto herdado a partir do qual distinguimos imagem de mundo e forma de vida, segundo Haller, mas que não se confunde com eles. É a fundamentação da forma de vida, mas que não pode ser compreendida a partir da forma de vida que nela se baseia. O julgamento só é possível *a partir* desse quadro de referência e não sobre ele. Estando os julgamentos, as formas de vida e a imagem de mundo em mudança, infere-se que o quadro de referência em que se baseiam também o está. Wittgenstein valoriza a irredutibilidade do particular ao perceber que vale como definição, às vezes a melhor possível, o arrolamento de exemplos e o apelo aberto à similaridade. Por outro lado, Wittgenstein é sensível aos limites da linguagem na elucidação dos conceitos. Desde o *Tractatus*, já percebia como certas coisas só poderiam ser ditas de maneira indireta (e se poderia jogar fora a escada depois, pois o modo específico de formalização não interessava). Nas *Investigações*, segundo Toulmin, Wittgenstein utiliza-se de "parábolas" e exemplos para levar o interlocutor a *ver* por si mesmo algo que não pode ser claramente enunciado (IF, par. 208: "Por meio de exemplos e exercícios não lhe transmito meus do que eu mesmo sei"). Há um *mostrar* que não pode ser colocado em palavras; leva-se com as palavras o interlocutor até certo ponto; a partir daí, não podemos mais determinar suas conclusões, não podemos determinar o sentido que ele vai

perceber – o signo não compete por si mesmo a nenhuma interpretação em particular, que nele estivesse inscrita: às vezes a forma de vida já determinou qual a interpretação aceitável; às vezes, não. Devemos permitir-nos essa indeterminabilidade.

## Referências bibliográficas

- ARNAULD & LANCELOT. *A gramática de Port-Royal*. SP, Martins Fontes, 1992.
- EDWARDS, P. *The encyclopedia of philosophy*. London, Collier-MacMillan, v. 8, p. 327-340; v. 2, p. 314-324, 1967.
- FODOR, J.A.. *Representations (Philosophical essays on the foundations of cognitive science)*. Mass., MIT Press, 1981 (ch. 1).
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. SP, Martins Fontes, 1987.
- HALLER, R. *O comportamento comum da humanidade*. In: HALLER, R. *A filosofia austriaca: questões*. SP, Edusp, 1990.
- JANIK, A. *Why is Wittgenstein important?* In: HALLER, R. & BRANDL, J. Ed. *Wittgenstein: eine Neubewertung/Towards a re-evaluation*. Wien, Verlag Holder-Pichler-Tempsky, 1990.
- JANIK, A. & TOULMIN, S. *Wittgenstein's Vienna*. NY, Simon & Schuster, 1973.
- LURIA, A.R. *Desenvolvimento cognitivo*. SP, Ícone, 1990.
- MARCONI, D. *Dictionaries and proper names*. *History of Philosophy Quarterly*, v. 7, n. 1, p. 77-92, jan 1990.
- MERVIS & ROSCH. *Categorization of natural objects*. *Annual Review of Psychology*, v. 32, p. 89-115, 1981.
- NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. In: NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo, Abril, 1983. p. 51-60. (Os Pensadores, 32).
- NYIRI, J.C. *Wittgenstein and the problem of machine consciousness*. In: McGUINNESS, B., ed. *Wittgenstein in focus / In Brennpunkt: Wittgenstein*. Amsterdam, Rodopi, 1989, p. 375-394.
- OLIVEIRA, M.K. *Fatores psicológicos e sociais no desenvolvimento psicológico: a concepção de Vygotsky*. Feusp, 1992 (Não publicado).
- ROBINSON, R. *Plato's earlier dialectic*. NY & London, Garland Publishing, 1980.
- ROSCH & MERVIS. *Family resemblances: studies in the internal structure of categories*. *Cognitive Psychology*, v. 7, p. 573-605, 1975.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. SP, Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. SP, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1968.
- WITTGENSTEIN, L. *Wörterbuch für Volksschule*. Pref. A. Ilübner. Wien, Verlag Holder-Pichler-Tempsky (HPT), 1977.

**SUMMARY:** *The problem of lexicographic definition is introduced and the influence that a conception of meaning analysis developed by the Port-Royal philosophers had on it is discussed. Then the theme is dealt with from the point of view of*

*Wittgenstein's ideas, first in the Tractatus Logico-Philosophicus, where a form of meaning analysis is sustained such that a precise and exhaustive definition is possible. His positions change in Philosophical Investigations and there meaning is not necessarily precise but is determined by the "form of life". Those conceptions are used for an examination of Luria's experiments under a new light. Other considerations are made on E. Rosch's discoveries on concepts and Vygotsky's view on complexive thought.*

**KEY-WORDS:** *Definition. Meaning analysis. Use-theory of meaning. Concepts. Philosophical Semantics.*

(Recebido para publicação em 26.10.92 e liberado em 04.03.93)